

Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade

*Heleieth I. B. Saffioti**

Resumo:

A subjetividade é construída por meio das relações sociais. Sujeito e objeto experimentam dois momentos: o da fusão e o da autonomia. O sujeito é constituído em gênero, classe e raça/etnia: é, portanto, múltiplo. Nega-se a existência do não-sujeito em qualquer hipótese, inclusive para designar a vítima, assim como se nega a dicotomia vítima-algoz. O que há são relações sociais violentas.

“...Feuerbach não vê que o próprio ‘espírito religioso’ é um produto social e que o indivíduo abstrato que ele analisa pertence, em realidade, a uma forma social determinada.”(Thèses sur Feuerbach, VII)

Embora se tenha utilizado apenas a tese VII sobre Feuerbach como epígrafe, o espírito de todas as onze permeia este trabalho. Isto equivale a dizer que sujeito e objeto não existem independentemente da atividade, uma vez que só por meio desta podem ocorrer os processos de subjetivação e objetivação. Assim, sujeito e objeto não são dados *a priori*, mas se constroem *na e pela* relação social. Por conseguinte, são sempre e sem sombra de dúvida historicamente situados. Nestes termos, a história é o demiurgo do sujeito-objeto.

Passa-se, doravante, sempre que possível, a empregar a expressão sujeito-objeto, numa tentativa de afastar todo e qualquer risco de oferecer uma leitura dicotomizada. Rigorosamente, subjetivação e objetivação não são senão duas faces de um mesmo processo, quando o universo conceitual se constrói no seio de uma sociologia e de uma psicologia materialistas. “As bases do psiquismo humano desenvolvido são constituídas pelo patrimônio histórico-

* Professora de Sociologia da PUC-SP.

social externo aos indivíduos e, como tal, não têm a forma do psíquico, não são, em absoluto, psíquicas. Só há algo da ordem do psíquico nos indivíduos, mas este psíquico só se desenvolve através da apropriação psíquica de um patrimônio social não-psíquico. (...) Para se compreender como este se torna algo psíquico nos indivíduos, necessita-se, precisamente, de uma teoria materialista da personalidade" (Sève, 1983). Ora, a elaboração de tal teoria pressupõe uma teoria materialista da subjetividade.

Isto implica uma rotação de 180 graus no pensamento, eliminando-se o raciocínio via categorias binárias, cujo resultado não seria senão a oposição entre sujeito e objeto, o que, em última instância, significaria partir de dois *a priori*, separando o individual do coletivo e o psíquico do social: a estrutura psíquica singular de cada um e os condicionantes sociais de um dado momento histórico. Ou seja, o interior e o exterior não têm, de acordo com a perspectiva aqui adotada, existência autônoma, nem sequer em termos relativos. Nesta linha de raciocínio, homens e mulheres fazem a história, produzindo objetivações através de suas práticas sociais e, simultaneamente, apropriando-se de seus resultados, isto é, reapropriando-se subjetivamente da história que fazem (Doray, 1989). A terminologia *realidade externa* x *realidade interna* apresenta um ranço cartesiano, rejeitado pela postura aqui adotada. Obviamente, a existência da realidade objetiva independe das subjetividades presentes em indivíduos singulares, mesmo porque preexiste e sobrevive a elas. Entretanto, há uma dimensão fusional importante, que elimina o caráter dicotômico emprestado ao sujeito-objeto pensado cartesianamente. O sujeito integra permanentemente a realidade objetiva com a qual interage.

Desta sorte, sujeito-objeto não é dado, ou sujeito e objeto não são dados, mas derivam da atividade, ou seja, do viver a vida, do produzir e re-produzir a vida em todas as suas dimensões. Quando os seres humanos, seja individualmente, seja coletivamente, se apropriam do resultado de sua práxis procedem à subjetivação, tornando-se sujeitos que, por sua vez, se objetivam por meio de sua atividade. Lembrando Marx, "toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no seio de uma forma de sociedade determinada e por intermédio dela. (...) Uma apropriação que não se apropria de nada é uma *contradictio in subjecto*" (1957:153). E, convém lembrar, o movimento de apropriação ocorre quer na subjetivação, quer na objetivação. Deste modo, não se trata de pensar um conjunto de fatores externos ao sujeito como condicionantes de sua construção. A postura aqui assumida toma

como verdadeira a afirmação de Marx e Engels: "... as circunstâncias tanto fazem os homens quanto os homens fazem as circunstâncias" (1953:30). E este fazer-se é simultâneo: a subjetivação envolve a objetivação e vice-versa. *Mutatis mutandis*, são ainda Marx e Engels que mostram este movimento na análise da produção material: "a tomada de posse é, além disso, condicionada pelo objeto apropriado" (1953:59).

O processo de subjetivação-objetivação não se dá sempre da mesma maneira. Quando as relações entre pessoas assumem a forma fantasmagórica de relações entre as coisas, o objeto a ser apropriado está reificado. A isto "corresponde uma subjetivação alienada. Isso esclarece também que não há uma precedência nem do sujeito nem do objeto, mas da atividade, da práxis, que é a condição e pressuposto da *vida* e da *história humanas*" (Silveira, 1989:50, grifos no original)

A ideologia desempenha — através da inversão que promove nos fenômenos sociais (Marx & Engels, 1953; Chauí, 1991; Saffioti, 1992) — papel fundamental no permanente processo de constituição do sujeito-objeto. Não se pode esquecer que esta realidade é móvel, pois a alienação presume a desalienação; a coisificação supõe a humanização. Graças à natureza porosa da ideologia e à emergência e ao desenvolvimento de contra-ideologias, as possibilidades de desalienação-humanização estão sempre presentes.

Cabe chamar a atenção para o fato de que os processos de subjetivação-objetivação estão constantemente sujeitos à capacidade-incapacidade de apropriação dos frutos da práxis humana por parte de seus sujeitos, não somente em virtude de ser a sociedade brasileira dividida em classes sociais, mas também por ser ela atravessada pelas contradições de gênero e de raça/etnia. Não se trata, contudo, de conceber três diferentes ordenamentos das relações sociais, correndo paralelamente. Ao contrário, estes três antagonismos fundamentais entrelaçam-se de modo a formar um *nó*. Convém alertar, contudo, para o fato de que não se trata de uma dissolução dos três eixos ao longo dos quais se estruturam as desigualdades, traduzidas em hierarquias e diferentes tipos de conflitos entre os *socii*. Trata-se de um entrelaçamento, que não apenas põe em relevo as contradições próprias de cada ordenamento das relações sociais, mas que as potencializa. Em outros termos, este *nó* apresenta uma lógica contraditória (Saffioti, 1988).

Não se desejando tomar muito espaço com este subtema, aliás tratado em outros trabalhos (Saffioti, 1985; 1987; 1988), ilustra-se a existência do *nó* através de um exame ligeiro da “vocação” do capital para a equalização de todas as forças de trabalho. Isto equivale a dizer que o capital se comporta segundo uma lógica inexorável, buscando sempre a maior rentabilidade. Ora, tomando-se gênero e raça/etnia como relações diferenciadoras do mercado de trabalho, pode-se afirmar, sem medo de errar, que em todas as sociedades presididas pelo referido *nó*, formado pelas três contradições básicas, o capital não obedece àquela lógica abstrata que, segundo Brisolla (1982), lhe permite prescindir do trabalho doméstico gratuito.

Com efeito, de um lado, a projeção de que “a igualdade na exploração da força de trabalho é o primeiro dos direitos do capital” (Marx, 1959:232) não se realizou em nenhuma sociedade, porquanto a força de trabalho é diferenciada em termos de gênero e raça/etnia. Sendo parte do *nó*, o capital não tem alcance suficiente para equalizar todas as forças de trabalho. De outro lado, a história não registra um só caso de sociedade capitalista que haja organizado o trabalho doméstico em seus moldes específicos. Nem é preciso pensar na organização capitalista de todos os trabalhos destinados à produção antroponômica (Bertaux, 1977); basta registrar que nenhuma sociedade capitalista (e até socialista) conseguiu satisfazer à demanda por creches, *conditio sine qua non* para uma eventual equalização de todas as forças de trabalho. A título de ilustração, lembra-se que, de acordo com os dados da PNAD 1990, a *ordem das bicadas* no Brasil era a seguinte: homem branco, mulher branca, homem negro e, finalmente, mulher negra. Com efeito, cruzando-se rendimento, sexo e cor, verificou-se que, sempre em relação ao rendimento médio do homem branco, a mulher branca recebia, em média, 55,3%, o homem negro, 48,7% e a mulher negra, 27,6%.

Se “o campo da subjetividade engloba o conjunto dos processos pelos quais o indivíduo, em estreito contato com as estruturas simbólicas da cultura, tenta assumir e abrir um acesso à forma genérica de seu ser” (Doray, 1989: 85), convém reter dois pontos: 1. Há uma dialética entre o ser singular e o ser genérico, um somente se realizando por intermédio do outro. Esta concepção, retendo a complexidade do processo de constituição do sujeito-objeto, permite afastar qualquer *a priori* situado no indivíduo, assim como superar a “determinação social dos destinos pessoais” (Bertaux, 1977:9); 2. Nas relações coisificadas, ocorre a alienação

do sujeito, o que pode ser concebido como ruptura entre o ser singular e o ser genérico.

A rigor, há um movimento permanente de encontro e de desencontro entre o ser singular e o ser genérico. Esta oscilação própria da dinâmica contraditória existente entre estas duas objetivações do ser humano constitui um sério indicador de que nem uma nem outra pertence à natureza do ser social. Isto posto, a base ontológica desta discussão não pode ser senão relacional (Saffioti, 1991). Nesta linha de raciocínio, a história das pessoas consiste na história de suas relações sociais. A subjetivação, enquanto movimento inseparável da objetivação, ganha novo estatuto na história biográfica e na história social. "Somente a elaboração com o próprio sujeito dos dados de sua história permite o engajamento num trabalho ao mesmo tempo indispensável, delicado e que sempre corre o risco de se prestar à contestação: o de fixar, em seu conjunto, as etapas de que é formado o ciclo de uma existência. Essa localização biográfica é fundamental para quem deseje evitar separar *a priori* as duas faces da personalidade que são a identidade e as atividades nas quais ela se desenvolve. Pois talvez sejam as suas relações dialéticas que regulamentam, de alguma maneira, os ritmos da história pessoal" (Clot, 1989:190-191).

Não deixa de ser interessante esta forma de se pensarem a identidade e as atividades por meio das quais ela se realiza como duas facetas da personalidade. Entretanto, nesta formulação, não se torna claro o processo de construção da identidade. Ademais, é freqüente na literatura especializada o uso de termos como *ego*, *eu*, *eu-mesmo*, *identidade*, *personalidade*, *sujeito*, *ator* como sinônimos. Embora não se tenha a pretensão de resolver os complexos problemas presentes nesta problemática, pretende-se abrir uma fresta, que talvez possa lançar alguma luz sobre este fenômeno.

Retomando-se o *nó* constituído pelas contradições fundamentais da sociedade brasileira, pode-se afirmar a existência de três identidades sociais básicas: a de gênero, a de raça/etnia e a de classe social. Não se trata, porém, de três identidades autônomas, em virtude, justamente, de estarem atados os antagonismos que lhes dão origem. Cabe mencionar, a propósito, que operárias costumam identificar-se como "mulheres trabalhadoras" (Souza-Lobo, 1991), explicitando duas dimensões importantes de sua identidade: 1. o gênero, definidor da heterogeneidade da classe ou fração de classe social a que

pertencem, diferenciação interna fortemente marcada por práticas sociais e políticas das mulheres, notadamente distintas das dos homens; 2. a ocupação, que reflete o tipo de inserção das mulheres na estrutura de classes.

“As pesquisas indicam a importância da qualificação na definição das trajetórias profissionais femininas. Por outro lado, a emergência de uma geração de mulheres com uma prática de trabalho regular, vivendo um processo de integração à (*sic*) cultura urbana e mudanças nos padrões educacionais (maior escolaridade) permite formular a hipótese de metamorfoses na subjetividade das mulheres trabalhadoras no sentido de uma integração do trabalho assalariado e mesmo do trabalho fabril como elemento que define sua identidade de mulheres” (Souza-Lobo, 1991:96). Na revisão bibliográfica realizada pela autora em pauta não apareceu a dimensão raça/etnia. Isto não significa, todavia, que ela não esteja presente na caracterização da identidade de muitas mulheres. O fenômeno é ainda muito pouco estudado, pois os próprios pesquisadores o ignoram ou não lhe atribuem o merecido realce.

1. Não se concorda com Castro quando ela atribui à geração o mesmo papel que confere à classe social, à raça/etnia e ao gênero. São várias as etapas da vida e, necessariamente, as pessoas, à medida que o tempo decorre, passam para outra fase. As relações desiguais entre raças/etnias e gêneros sofrem mudanças em ritmo lento e a classe social apresenta muito mais fixidez que mobilidade vertical (Bertaux, 1977). Ademais, as relações entre diferentes gerações não são contraditórias, diferentemente do que ocorre nos outros grupamentos referidos (Saffioti, 1989).

Atribui-se fundamental importância à dialética entre o ser singular e o ser genérico, na medida em que, atualmente, muitas pesquisas feministas vêm tentando enfrentar o desafio da apreensão da diversidade, sem correr muitos riscos de perder-se na fragmentação (Hamilton & Barrett, 1987). Nesta linha de raciocínio, Castro (1991) mostra como o público e o privado adquirem significados distintos para diferentes sub-categorias de mulheres. Comentando a análise realizada por Sennett (1976) das distintas significações do público e do privado para homens e mulheres no século XIX, Castro afirma: “Não é por acaso que um dos vetores da essencialidade feminista foi a conquista do público e a desprivatização do lar, buscando a fusão dos espaços sociais. Já as trabalhadoras domésticas organizadas, por outro lado, reivindicam a separação dos espaços e a sua realização como membros da classe operária passa por privilegiar o público como espaço político, e o direito ao privado, pela separação do lugar de residência e lugar de trabalho” (Castro, 1991:3-4). O estudo de Castro revela as clivagens de gênero, raça/etnia e geração no interior da classe, pois a construção da identidade de *trabalhadora doméstica sindicalizada* encontra empecilhos naqueles eixos de estruturação das relações sociais.¹ “Nas relações sociais de classe, ser negro é ser pobre, já ser mulher pode também significar ser patroa, o outro pólo da oposição” (idem:11).

Estes excertos de pesquisas de Souza-Lobo e Castro permitem situar concretamente o ser genérico, ainda que se o faça de forma ligeira. Este não se confunde, de maneira alguma, com um ser universal, que é sempre uma abstração. Ele representa a possibilidade de o ser singular incorporar, na práxis, a defesa dos interesses de sua categoria. Ressalte-se que o interesse é sempre particular, na medida em que o interesse comum ou geral é uma ficção numa sociedade plena de clivagens. Seu caráter necessariamente particular não significa que ele diz respeito ao ser singular, pois ele pode representar, e freqüentemente representa, o interesse de um grupo, uma categoria, uma classe. É preciso que se retenham dois pontos fundamentais: 1. Não existe interesse comum numa sociedade atravessada pelos eixos do gênero, da raça/etnia e das classes sociais, como estruturadores de desigualdades e, conseqüentemente, de hierarquias; 2. Embora o interesse seja sempre particular, ele não se circunscreve, necessariamente, ao ser singular, podendo representar, como o faz com freqüência, anseios de um coletivo, cuja magnitude não importa. O caráter coletivo da atividade e da apropriação de seus resultados na busca da realização dos interesses de um grupamento constituído segundo os mencionados eixos marca qualitativamente a realização do ser genérico pelo ser singular.

A idéia de metamorfose da subjetividade, expressa de diferentes modos no presente texto — dinâmica entre o ser singular e o ser genérico; movimento de apropriação/alienação e de humanização/reificação — encontrou uma manifestação muito feliz na expressão *identidade metamorfose*, considerada "como a unidade da atividade, da consciência e da identidade" (Ciampa, 1990:146). Embora se trate de "um ensaio de Psicologia Social", o autor tem uma postura materialista, o que lhe permitiu fazer incursões interessantes no terreno, por exemplo, da relevância social e política da questão da identidade. Entendendo esta como metamorfose, toma-a como vida. Ora, o fenômeno da subjetivação-objetivação concerne às atividades humanas vitais, isto é, às atividades necessárias à produção e à reprodução da vida. Desta forma, pois, não paira dúvida sobre a unidade constituída pela atividade e pela identidade. Os problemas começam com a inclusão, nesta unidade, da consciência. Viver de acordo com uma identidade social de gênero, de raça/etnia e de classe social não implica necessariamente ter consciência de toda a complexidade presente no *nó* constituído por estes três antagonismos. Não se refuta a existência, real ou potencial, de consciência de gênero, de raça/etnia e de classe social. Apenas não se consente na afirmação de

que a consciência integre sempre a unidade mencionada por Ciampa. Muitas mulheres comportam-se como membros da categoria *gênero feminino*, segundo a ideologia de gênero, independentemente de terem consciência deste fato, pois esta identidade integra inclusive os estratos inconscientes de sua psique. Parafrazeando Zizek (1992), poder-se-ia afirmar que “elas não sabem o que fazem”. O encontro entre o ser singular e o ser genérico, porém, exige algum grau de consciência, a fim de que o primeiro possa desenvolver atividades realizadoras do segundo. É este movimento que caracteriza a constituição do sujeito coletivo. Este tipo de raciocínio parece eficaz para se detectarem certas *unidades de sentido*² e, assim, evitar os descaminhos da fragmentação.

Embora possa não ser ideal, o caminho encontrado por Silveira traz a vantagem de levar em conta o inconsciente, campo no qual estão fortemente inscritas as identidades sociais básicas. “Em que pese a possibilidade de que certos elementos, que apontariam para uma autonomia do sujeito, possam se tornar conscientes, ainda assim, não resta dúvida, por se referirem às dimensões recalcadas, reprimidas, que se tratam (*sic*) de elementos de origem *inconsciente*. Se é assim, então, aquele *conflito interno*, aquela basculação entre a sujeição advinda do fetichismo e a tendência contrária do indivíduo determinar-se como sujeito, seria situado ao nível do *inconsciente* mesmo” (1989:75; grifos no original).

O excerto transcrito oferece mais de uma leitura. Para que seja aceitável no universo conceitual do presente trabalho é preciso que se entenda por *conflito interno* o debater-se da pessoa que, participando de relações coisificadas, tenta, não obstante, se apropriar de seu resultado. O perigo do texto reside na interpretação da “tendência contrária do indivíduo determinar-se como sujeito” como um *a priori*. Como já se afirmou, a reificação é impensável sem a humanização, assim como a cisão representada pela alienação também não pode ser admitida sem a possibilidade de unidade entre o ser singular e o ser genérico. Neste mesmo diapasão, pode-se afirmar que “a diferença não constitui senão a outra face da identidade” (Saffioti, 1991:168).

Este texto não tem por objetivo discutir a consciência de gênero, de raça/etnia e de classe social. No entanto, é preciso deixar claro que as identidades sociais se constroem sobretudo no plano inconsciente, podendo ser pequena ou grande sua presença no nível consciente. Isto em nada diminui a importância política destas realidades, uma vez que as atividades humanas são levadas a cabo,

2. Esta expressão não tem o menor parentesco com a postura weberiana.

na produção e na reprodução da vida, por portadores de inconsciente e de consciência. As identidades sociais fundamentais de que se está falando não se explicam pela teoria da aprendizagem e desempenho de papéis. O movimento de apropriação dos resultados de suas relações sociais por parte dos sujeitos humanos (subjetivação), assim como sua objetivação por meio das atividades de produção e reprodução da vida implicam o recurso a estratos muito profundos da psique (Chodorow, 1978).

Isto significa que, ao se fazer história, se produzem certos padrões de identidades sociais, os quais, embora sujeitos à transformação, são mais estáveis que os papéis sociais cujo desempenho varia em função de circunstâncias específicas.

Ciampa caracteriza a identidade “como a articulação de várias personagens, articulação de igualdades e diferenças, constituindo, e constituída por, uma história pessoal. Identidade é história. Isto nos permite afirmar que não há personagens fora de uma história, assim como não há história (ao menos história humana) sem personagens” (:156-157). De fato, identidade, seja de gênero, de raça/etnia ou de classe social é “uma categoria da prática” (Lavinias, 1989). Tudo estaria perfeito não fora o emprego do termo personagens. Estas exigem a *mise en scène*, na qual cada ator representa seu *papel*, como no teatro. Ora, o encaminhamento dado a este texto conduz à percepção de uma diferença entre o sujeito e o ator. Este participa de um jogo, representa a personagem que lhe cabe na situação, podendo ter uma conduta inteiramente ritualística; aquele mobiliza sua psique para, procurando sair do estranhamento e livrar-se dos fetiches, buscar a unidade entre o ser singular e o ser genérico. Trata-se, pois, de dois níveis diferentes da vida social e, principalmente, de dois níveis muito distintos de análise. Não obstante a tentativa frustrada de mesclá-los, Ciampa parece mesmo inclinar-se para uma análise mais materialista da produção de identidade enquanto história, enquanto vida. O curioso é que não perceba a heteronomia entre subjetivação e objetivação, dispensando a esta um tratamento que a situa como exterior ao sujeito. Discorrendo sobre a naturalização (supressão da historicidade) da identidade, afirma: “O caráter temporal da identidade fica restrito a um momento originário — como se fosse a revelação de algo preexistente e permanente —, quando, de fato, já vimos, nos tornamos nossas predicções; interiorizamos a personagem que nos é atribuída; identificamo-nos com ela” (:163). Este excerto é profundamente infeliz, na medida em que nega a tese central do autor, ou seja, a identidade metamorfose. Não se trata da redução do caráter temporal da identidade, uma vez que o

autor não tem responsabilidade por este fato social. Trata-se de mostrar o realce dado pelo autor à interiorização da personagem, como se o ser humano não passasse de um receptáculo.

O que, sem dúvida, estimula no livro em pauta é pensar a identidade como articulação de igualdades e de diferenças. Efetivamente, se é verdade que “a diferença não constitui senão a outra face da identidade”, a primeira integra a segunda, pelo menos na qualidade de contornos. Mas, seguramente, dela faz parte de modo mais incisivo. A articulação entre identidades e diferenças parece responder amplamente pelo encontro entre o ser singular e o ser genérico. Assim, a identidade de gênero equaliza todas as mulheres, de um lado, e todos os homens, de outro. Todavia, nenhum indivíduo é igual a outro, nem no contingente feminino, nem no masculino. Analogia e diferença integram, portanto, o sentimento pessoal e o reconhecimento da sociedade de pertinência de alguém a uma categoria social (gênero e raça/etnia) ou a uma classe social. Mais do que isto, analogia e diferença instauram-se na própria psique.

A análise realizada até aqui distancia-se, e muito, da efetuada por Freitas (1985), para quem os “atores sociais (indivíduos ou grupos de indivíduos) constroem suas identidades e a ordem social a que pertencem na medida em que negociam rotinas. Estas, quando são interrompidas por desafios a responsáveis por atos disruptivos (*sic*), dão lugar a disputas pelo controle sobre a interação, as quais são a manifestação de um processo subjacente de negociações de identidades, papéis, *status*, regras de convívio, hierarquias e sistemas de estratificação, e têm o efeito de reafirmar ou redefinir a rotina interrompida. Uma vez resolvida uma disputa (independentemente do resultado), um processo de negociação de rotinas se restabelece e as identidades dos atores (...) tornam-se novamente dadas, até que um novo ato disruptivo (*sic*) ponha em xeque suas validades, e uma nova disputa se inicie” (p.22-23). Como se pode perceber com bastante clareza, Freitas trabalha com conceitos funcionalistas, colocando no centro de sua análise a velha noção de normal e patológico ou, o que dá no mesmo, a noção de equilíbrio. Ademais, não estabelece nenhuma distinção entre identidade e papel, identidade e *status* etc. A idéia de negociação não deixa de exercer seu fascínio, mas acabou perdida graças à falta de precisão na utilização de conceitos e da própria indefinição dos instrumentos conceituais usados. A negociação de papéis constitui um dado de realidade absolutamente necessário à produção e à reprodução da vida. Desta sorte, dentro de limites mais ou menos estreitos, cada ator escolhe sua personagem,

desempenhando os papéis a ela correspondentes. Para tomar um exemplo limite, judeus confinados em campos de concentração entraram no jogo da negociação, desempenhando os papéis que lhes pudessem, seja poupar a vida, seja minorar o sofrimento. Não negociaram, porém, identidades; *et pour cause* levaram-nas para as câmaras de gás. Não se ignora a existência da figura do *kapo*, preso que passava a atuar, com relação aos demais judeus, exatamente de acordo com a cartilha nazista. Estatisticamente, contudo, este fenômeno não teve maior significado. Talvez seja mais importante reter a idéia de que, em qualquer situação social, não há puros objetos; todos são sujeitos (Gordon, 1988).

Enquanto meramente papéis aprendidos e desempenhados, nenhuma personagem pode realizar a busca da unidade entre o ser singular e o ser genérico. Tão-somente ao nível de identidade pode-se realizar este encontro. Assim, para centrar a análise na figura feminina, as mulheres vivem (literalmente) negociando papéis, sem abdicar, contudo, de suas identidades. Tendo em vista o alto grau de contradição presente na ideologia dominante de gênero (assim como na de raça/etnia e na de classe social), a negociação constitui *conditio sine qua non* para a própria sobrevivência das mulheres em sociedades falo-logo-cêntricas. A reprodução prolongada de certos papéis pode redundar em transformações na identidade. Estas, entretanto, não dependem apenas da repetição continuada de determinados papéis. As três identidades sociais básicas simbiotizam-se, na medida em que se constroem no contexto histórico do *nó*.

Esta discussão, ao fim e ao cabo, está revelando a multiplicidade do sujeito (Lauretis, 1987). Não há nenhuma consequência negativa, pelo menos aparentemente, em se aceitar a multiplicidade também do ator. Pode-se mesmo pensar, num certo sentido, que este é mais diferenciado que o sujeito. Efetivamente, a constituição do sujeito é circunscrita pelas imposições do caráter reificado ou humano de suas relações sociais, podendo se afirmar o mesmo com relação à construção do objeto, já que ambos não são senão dimensões do mesmo processo. Talvez se possa afirmar, em caráter de hipótese, que o sujeito negocia os papéis que cabe ao ator desempenhar. Desta forma, mesmo em situações nas quais aparentemente exista só o ator, é o sujeito que comanda o espetáculo.

No caso específico da violência masculina contra a mulher, o agressor parte da premissa de que a mulher é tão-somente o objeto de suas ações. A corrente vitimista de pensamento tende a pensar a mulher como vítima passiva. Entretanto, as evidências caminham

em sentido oposto, embora as queixas registrem a “passividade” da mulher. “A queixa é a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima. Narrativa peculiar: expõe e, paradoxalmente, alimenta/incita/reitera algumas das condições que fazem operar a violência. (...) na queixa existe a fruição, o desejo de enlaçar o outro e se auto-aprisionar em um modelo em que nada se exige de si mesmo, pois é no outro que continuará a residir o dever da proteção, do amparo e da benevolência” (Gregori, 1989:167 e 171). É preciso, porém, esclarecer bem os limites dentro dos quais se aceita a assertiva de Gregori³. No momento da queixa, a atriz desempenha um papel, que a vitimiza. Vitimizar-se significa perceber-se exclusivamente enquanto objeto da ação, no caso violência, do outro. Isto não quer dizer que a mulher, enquanto sujeito, seja passiva ou seja não-sujeito, expressões usadas por Chauí (1985) e Gregori (1989). O não-sujeito é uma *contradictio in subjecto*. O sujeito é sujeito porque é capaz de interagir com outros seres humanos e de se apropriar dos frutos desta práxis. É este sujeito, sempre ativo, que estuda a relação custo-benefício e, certa ou erroneamente, decide pela representação do papel de vítima passiva. Provavelmente, o sujeito manobra o ator ou a atriz, numa negociação permanente. Mas isto é muito diferente de afirmar que a vítima é passiva ou não-sujeito. Pode-se afirmar, com certeza, que, via de regra, os homens dispensam às mulheres um tratamento de não-sujeitos e, muitas vezes, as representações que as mulheres têm de si mesmas caminham nesta direção. Contudo, o mero fato de mulheres serem autoras de representações constitui uma tradução de seu caráter de sujeitos. Esta discussão, entretanto, não autoriza ninguém a concluir pela cumplicidade da mulher com o homem na violência de gênero. Dada a organização social de gênero, de acordo com a qual o homem tem poder praticamente de vida ou morte sobre a mulher (a impunidade de espancadores e homicidas revela isto) no plano de *facto*, a mulher, ao fim e ao cabo, é vítima, na medida em que desfruta de parcelas muito menores de poder para mudar a situação.

3. Ela apóia-se amplamente, no que tange à pretensa passividade da vítima mulher, em Chauí (1985).

No que tange à violência de gênero, não é difícil observar que a mulher é considerada um mero objeto não apenas por seu agressor, mas por ela mesma. Faz parte do discurso da vítima considerar-se somente objeto, ou seja, não-sujeito. No entanto, ela se põe como sujeito tanto na situação de violência que vivencia — revida a agressão, xinga, olha com deboche, não reage etc., seja como estratégia de defesa, seja como meio de obter atenção — quanto

na formação discursiva por ela construída, na qual o homem figura como algoz e ela como santa. Aqui é interessante lembrar que se, de um lado, o discurso apresenta um caráter normatizador, por outro, ele nem chega a ser produzido sem o substrato material que o ser humano na sua totalidade (corpo, psique, razão) oferece à atividade coletivamente desempenhada, ou seja, a práxis. Considera-se importante mostrar que as mulheres são vítimas da violência de gênero, o que não significa tomá-las como passivas. E isto é distinto de assumir uma postura vitimista. Para poder ser cúmplice do homem, a mulher teria de se situar no mesmo patamar que seu parceiro na estrutura de poder. Só este fato a colocaria em condições de consentir na violência masculina (Mathieu, 1985).

Anyon (1990) vale-se de um conceito de Genovese que, analisando a situação dos escravos norte-americanos, afirmou: "Acomodação e resistência desenvolviam-se como dois lados de um mesmo processo pelo qual os escravos aceitavam o que não podia ser evitado e, simultaneamente, lutavam individual e coletivamente pela sobrevivência física e moral" (1972:659). A acomodação e a resistência, quer para Genovese, quer para Anyon, são processos simultâneos. É verdade, como ressalta Anyon, que a ideologia de gênero apresenta contradições insuperáveis. A seu ver, a impossibilidade de conciliar mensagens conflitantes levaria as mulheres que estudou a desenvolverem processos de acomodação e resistência, a fim de saberem como se conduzir. Em outros termos, que não são os de Anyon, a identidade de gênero construir-se-ia por meio dos mencionados processos, pois são intransponíveis as contradições entre feminilidade e auto-estima. "A contradição predominante enfrentada por muitas das mulheres da classe trabalhadora e da classe média baixa consiste em que a carga de feminilidade (ser submissa, subordinada ao homem, dependente e doméstica) está em franca desconexão com as necessidades cotidianas de suas vidas (a necessidade, por exemplo, de luta pela sobrevivência diária). Complementarmente, para muitas mulheres da classe trabalhadora, a contradição manifesta-se na ruptura entre a vontade de seus maridos (de que permaneçam em casa e sejam submissas) e a necessidade de reconhecimento de sua competência e auto-estima" (Anyon, 1990:14-15).

Não há dúvida de que a socialização feminina é, quer na forma, quer no conteúdo, largamente ambígua. Tampouco se têm dúvidas quanto ao caráter conflitante e até mesmo contraditório dos apelos contidos na ideologia de gênero. Embora a identidade de gênero feminino seja firme (Chodorow, 1978), a mulher é um ser ambíguo

por excelência, não chegando, muitas vezes, a atingir o nível da ambivalência. Desta sorte, uma mesma mulher adota condutas distintas para responder a um mesmo apelo social, podendo este comportamento representar uma acomodação ou uma resistência, de acordo com a peculiaridade da situação.

Não obstante o fato de ser o universo conceitual de Anyon bastante diferente do aqui exposto, ele permite trazer à baila a ambigüidade feminina, questão das mais relevantes, na medida em que perpassa, seguramente, todos os níveis da psique da mulher. Mais do que isto, Anyon procura ilustrar seu trabalho com exemplos de mulheres que assumem, seja a mesma atitude para enfrentar situações distintas, seja comportamentos diferentes para encarar situações similares, em seu trânsito nos domínios do público e do privado.

Para a autora em pauta, a acomodação/resistência acaba por amarrar a mulher nas contradições contra as quais ela se debate. Trata-se, pois, a seu ver, de verdadeira armadilha, uma vez que não ataca as estruturas responsáveis pelas contradições sociais, só passíveis de destruição pela ação coletiva. Anyon preserva a constituição do sujeito, ainda quando as aparências são de não-sujeito. Além do mais, reconhece que, no processo de acomodação/resistência, no fundo, a mulher busca proteção masculina.

No contexto teórico deste trabalho, o sujeito não oscila entre uma estratégia individual e outra coletiva. Na medida em que as relações sociais são, em grande extensão, reificadas, e o sujeito não logra, em boa parte dos casos, humanizá-las, dá-se não apenas o estranhamento, mas também a atomização dos *socii*. E não se trata de buscar, por meio da humanização das relações sociais, a eliminação do isolamento através de qualquer tipo de agregado coletivo. A rigor, a efemeridade de certos coletivos, derivada da natureza episódica do vínculo entre seus membros, não rompe com a atomização dos indivíduos. Se, contudo, a argamassa de constituição do grupamento tiver raízes nas contradições sociais básicas, o sujeito coletivo estará construído no sentido *para si*, ou seja, terá condições para se opor àqueles antagonismos. Para lembrar mais uma vez Marx e Engels, "os indivíduos isolados não formam uma classe senão na medida em que se impõem a tarefa de levar avante a luta comum contra uma outra classe ..." (1953:47). Incorporando como verdadeira esta assertiva, tem-se a acrescentar a maior complexidade da situação quando se lida com o *nó* de três contradições sociais e não apenas com uma delas, sobretudo em virtude das clivagens que este *nó* produz nas classes e nas

categorias de gênero e de raça/etnia. É preciso esclarecer, de outra parte, que o sujeito coletivo não aglutinará jamais nem todos os membros de uma categoria de gênero ou de raça/etnia, nem de uma classe social. O que importa não é a magnitude estatística do grupamento humano, mas sua natureza de sujeito coletivo. Deste ângulo, consideram-se insuficientes a conceituação e a análise de Anyon⁴. A constituição do sujeito coletivo vincula-se estreitamente às possibilidades de encontro entre o sujeito singular e o sujeito genérico, o que significa afirmar sua ligação com o movimento permanente de alienação/desalienação; reificação/humanização.

Considera-se razoavelmente claro o universo conceitual no seio do qual se poderá refutar o conceito de violência formulado por Chauí (1984). Rigorosamente, o conceito comporta um elemento plenamente aceitável, ou seja, o de que na relação de violência as diferenças são convertidas em desigualdades “com fins de dominação, de exploração e de opressão” (1984:35). Embora não exista uma teoria consistente da opressão, sendo o conceito extremamente polissêmico, pode-se trabalhar com conceitos bastante precisos de dominação e exploração. O segundo elemento do conceito de Chauí consiste em considerar violenta “a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (...) A violência deseja a sujeição consentida ou a supressão mediatizada pela vontade do outro que consente em ser suprimido na sua diferença. Assim, a violência perfeita é aquela que obtém a interiorização da vontade e da ação alheias pela vontade e pela ação da parte dominada, de modo a fazer com que a perda da autonomia não seja percebida nem reconhecida, mas submersa numa heteronímia (*sic*). Certamente erro de impressão da palavra heteronomia.) que não se percebe como tal. Em outros termos, a violência perfeita é aquela que resulta em alienação, identificação da vontade e da ação de alguém com a vontade e a ação contrária que a dominam. (...) O poder não exclui a luta. A violência, sim” (idem:35). Ora, no contexto teórico aqui exposto, não se pode admitir que uma pessoa se converta em objeto, ainda que ela possa ser tratada enquanto tal. A relação social ocorre, necessariamente, entre sujeitos.

Sem entrar em seu conceito de poder, que se considera discutível, enuncia-se o de força, aqui interpretado como fragmentado, mas podendo ser útil: “Entenderemos por força,

4. “A recusa individual de uma mulher em cooptar (*sic*) com sua exploração é necessária, de meu ponto de vista, mas não é suficiente; todas (grifo não-original) as mulheres devem recusar-se coletivamente. E todos os homens que aderem à mudança social humanitária devem recusar-se com elas” (1990:24). Há, aqui, três comentários a fazer: 1. Houve, provavelmente, um erro de tradução. *To cope with*, que deve constar do original, significa arcar com, o que faz sentido no período acima. 2. A acepção em que a autora emprega o termo coletivo tem um traço marcadamente quantitativo: todas as mulheres. 3. O sujeito coletivo não se constitui por razões humanitárias; são seus interesses históricos que estão em jogo.

portanto, as relações de exploração econômica, de dominação política, de exclusão cultural, de sujeição ideológica e de coação física e psíquica" (idem:34). A enunciação deste conceito foi necessária na medida em que a autora considera a violência "uma realização particular" da relação de força. Para evitar o abuso de transcrições, deixa-se de mostrar as contraposições feitas por Chauí entre a relação de força e a violência. Caberia perguntar, se se fosse fazer a exegese do texto, o porquê da compartimentalização, situando a exploração no econômico, a dominação no político, a exclusão na cultura etc. como se a vida social se constituísse de esferas.

Pelo menos aparentemente, a relação de força não exclui a luta, porquanto não se enunciou no conceito a passividade do pólo vítima de exploração, dominação, exclusão, sujeição e coação. Ora, ainda que existam diferenças entre a relação de força e a violência, esta é uma forma de manifestação daquela. Assim, a maneira pela qual está formulado o conceito de relação de força comunica troca, luta. Por que falaria a autora em *relação de força* e não em *ação de força* se não estivesse também presente a ação da vítima, já que, com referência à violência, utiliza o conceito de ação, sem excluir sua aceção unilateral?

Considera-se pertinente afirmar que "a violência (...) visa a manter a relação mantendo as partes presentes uma para a outra" (Chauí: 35), posto serem fortuitas as ações violentas e apresentarem regularidade e continuidade as relações de violência. Ora, para que a relação violenta tenha futuro, o agressor não pode aniquilar a vítima. Em outros termos, é esta última que alimenta o primeiro. A fim de poder nutri-lo, a vítima não pode, de maneira alguma, ser passiva, totalmente heterônoma e identificar-se com a vontade de seu algoz. Aliás, no contexto teórico deste texto, não cabe mencionar autonomia e heteronomia em termos absolutos. Se houver lugar para estes conceitos, eles devem, necessariamente, ser relativizados. Assim, tanto a identidade masculina quanto a feminina representariam pontos variáveis neste *continuum* autonomia-heteronomia, segundo as possibilidades de reificação/humanização das relações sociais contidas nas circunstâncias históricas, sem se esquecer de que estas são, simultaneamente, condições e resultados da atividade humana. Há, para usar a linguagem de Doray (:99) falando do ser humano, uma "contradição entre sua *forma natural* (seu corpo próprio, com os programas biológicos que nele se realizam, suas capacidades concretas, sua duração de vida própria, etc.) e sua *forma genérica essencial*, aquela que resulta do fato de que sua existência realiza relações sociais" (idem:99).

Nestes termos, chame-se o fenômeno de sujeito, identidade, eu, eu-mesmo etc., o fato importante a reter consiste na dinâmica contraditória que anima a relação ser singular/ser genérico. Isto posto, não há quem participe de relações sociais sem ser sujeito, sem ter identidades sociais, sem distinguir *seu eu* do *eu do outro*, até mesmo em situações em que é considerado um não-sujeito ou encarne a personagem do não-sujeito. Desta forma, não se trata de negar que, em muitas ocasiões, independentemente da prática da violência física e da sexual, pessoas são tratadas como *coisa*. Trata-se de mostrar que o grau de reificação/alienação das pessoas nunca é total ou, se o for, isto só ocorre em situações-limite. Explicitando-se, há uma rotinização da violência nas (perdoe-se a redundância) relações violentas. Se, efetivamente, um pólo da relação fosse reduzido a *coisa*, a própria relação se extinguiria em termos de práxis, não podendo continuar a existir senão no imaginário e de modo efêmero. Ora, o fulcro da questão aqui posta consiste na práxis, pois é nela e por meio dela que se forjam as identidades. Por conseguinte, não há um pólo *passivo* e um pólo *ativo*, mas dois pólos *ativos* numa correlação de forças em permanente luta pela hegemonia. Isto não significa que a reificação das relações sociais seja facilmente perceptível. Ao contrário, tem razão Guattari quando afirma que “a alteridade tende a perder toda aspereza” (1989:8). Nesta linha de raciocínio, pode-se dizer que a subjetividade está permanentemente ameaçada, necessitando desenvolver ingentes esforços para não sucumbir à alteridade. Ao mesmo tempo, se ela se forja nas e através das relações sociais, a alteridade lhe é absolutamente indispensável. Isto equivale a dizer o que já se afirmou atrás, ou seja, que a práxis é responsável pela construção da identidade.

Por falta de espaço, deixa-se de discutir o conceito de poder formulado por Chauí. Dados os propósitos deste trabalho, ele não apresenta maior interesse. Prefere-se utilizar a concepção foucaultiana, porque ela: 1. capta o fenômeno em suas manifestações capilares; 2. permite detectar a constituição de sujeitos como resultado do fenômeno; 3. repele a idéia do fenômeno como apropriação de uma coisa. Melhor será dar a palavra ao próprio Foucault: “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer

sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (1981:83). Este conceito tem relevância por descentrar o poder da figura do Estado e chamar a atenção para a malha fina de relações sociais na qual também se exerce poder. Mais do que isto, a micropolítica e a macropolítica não estão separadas na sociedade. Ao contrário, interpenetram-se, mostrando, cada uma, força para transformar a outra. Todavia, este raciocínio só faz sentido num universo conceitual que atribui à estrutura e a sua capacidade de determinação um lugar importante. Não se trata, obviamente, de defender um conceito de determinação cega, mas de entendê-la como limites e pressões (Thompson, 19), deixando espaço, ainda que exíguo, para o imponderável. O tripé gênero-raça/etnia-classe exerce pressões numa determinada direção. O uso de conceito(s) inscrito(s) neste nível assegura o afastamento do relativismo absoluto, tão a gosto de pós-estruturalistas. Com efeito, esta instância do particular (sentido usado por Marx), na qual se faz história, é imprescindível para se evitarem, simultaneamente, o relativismo irrestrito e a fragmentação como traços do conhecimento. Ora, Foucault repudia o conceito de estrutura, donde ser impossível, para a postura aqui esposada, aceitar a totalidade de sua obra. Entretanto, foi relevante sua contribuição, assim como a de Guattari, para se incluírem os processos micro no horizonte das Ciências Sociais e se mostrar sua importância nas transformações sociais.

As discussões aqui travadas constituem uma tentativa de tirar da nebulosa a questão de uma teoria materialista da construção da subjetividade, tomando-se como tema substantivo a violência de gênero. Embora não se tenha a pretensão de esgotar o assunto, é preciso retomar a constituição do sujeito, de forma a explicitar sua dinâmica. Concorde-se com a concepção de sujeito múltiplo construída por Lauretis (1987). Constituído em classe, em raça/etnia e em gênero, o sujeito metamorfoseia-se dentro destes limites. Trata-se, em outros termos, de três faces, de três identidades sociais do sujeito, todas igualmente importantes para que ele atue na construção de uma sociedade sem desigualdades, como as que separam pobres de ricos, mulheres de homens, negros de brancos. As três identidades estão sempre presentes, embora não com o mesmo vigor. Dependendo da situação histórica vivenciada, uma delas pode apresentar mais relevo, e freqüentemente o faz. Há circunstâncias em que a identidade de gênero fala mais alto, mas há outras em que a de classe ou a de raça/etnia está neste caso. Conceber o sujeito como múltiplo permite a apreensão de, pelo menos, grande parte de sua riqueza. Há, contudo, um senão no

ensaio de Lauretis, no qual ela afirma a possibilidade de as mulheres estarem simultaneamente dentro e fora do gênero. Sua premissa não-explicita é o gênero como sinônimo de contrato social heterossexual e o fora do gênero como o espaço do contrato social homossexual. Parece partir do mesmo pressuposto Butler quando pensa numa matriz de inteligibilidade cultural de gênero (aqui tratada como hegemônica) e em matrizes rivais e subversivas de “desordem de gênero” (1990:17). Evidentemente, os termos em que esta autora põe a questão não são aceitáveis, mas sua idéia de diferentes matrizes de gênero competindo entre si, uma vez que são rivais, e lutando por destronar a matriz hegemônica, na medida em que são subversivas, é interessante e, conjugada com o pensamento de Lauretis, pode se tornar instigante.

Com efeito, está aberto o campo para se pensarem várias matrizes de gênero. Uma, obviamente, detém a hegemonia, e as outras lutam por impor-se. O importante é que este raciocínio/constatação pode prescindir por completo do recurso ao contrato social homossexual. Detectam-se, no seio do contrato social heterossexual, múltiplas matrizes de gênero, inclusive conflitantes, podendo as mulheres situarem-se, simultaneamente, em mais de uma. O *estar ao mesmo tempo dentro e fora do gênero*, de Lauretis, na verdade se transmuta em *atuar simultaneamente em várias matrizes de inteligibilidade cultural de gênero*. É exatamente graças a esta possibilidade que mulheres podem criticar a matriz hegemônica de gênero. Elas o fazem a partir de uma matriz alternativa ou, como quer Butler, subversiva. Visto desta forma, o sujeito se enriquece ainda mais, ampliando sua capacidade de negociação, para que o ator desempenhe, quando julgado necessário, um papel social que não chega a integrar o imo de suas identidades sociais fundamentais. E este papel de negociador é freqüentemente desempenhado pela mulher enquanto sujeito-vítima preferencial da violência de gênero.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Lúcia e SMIGAY, Karen von. (1989). “Enigma do Feminino, Estigma das Mulheres”. In: Costa e Bruschini, C. (orgs.) *Rebelia e submissão*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/ Revista dos Tribunais, Edições Vértice.

ALMEIDA, Suely S. de, CANÇADO, M. Elena R. e SILVA, Marlise V. (1991) “Violência conjugal: silêncio e repressão” (comunicação apresentada XV Encontro Anual da Anpocs, grupo de trabalho de relações sociais de gênero, Caxambu, MG, 1991).

- ANYON, Jean. (1990) "Interseções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias de papéis sexuais", *Cadernos de pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, maio de 1990, Nº 73.
- BERTAUX, Daniel. (1977) *Destins personnels et structure de classe*. Vendôme: Presses Universitaires de France.
- BRISOLLA, Sandra Negraes. (1982) *Formas de inserção da mulher no mercado de trabalho - o caso Brasileiro* de doutoramento apresentada ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, dezembro.
- BLUMER, Herbert. (1969) *Symbolic interactionism, perspective and method*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- BUTLER, Judith. (1990) *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Nova York/Londres, Routledge.
- CASTRO, Mary Garcia. (1991) Alquimia das categorias sociais — gênero, raça, geração — na produção de sujeitos políticos: o caso de líderes do Sindicato de Trabalhadores Domésticos em Salvador (comunicação apresentada no XV Encontro Anual da Anpocs, GT Relações sociais de gênero, Caxambu, outubro).
- CHAUÍ, Marilena. (1984) Participando do debate sobre mulher e violência. In *Perspectivas antropológicas da mulher 4*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- _____ (1991) *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense.
- CHODOROW, Nancy. (1978) *The reproduction of mothering — psychoanalysis and the sociology of gender*. Berkeley, University of California Press.
- CIAMPA, Antonio da Costa. (1990) *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo, Brasiliense.
- CLOT, Yves. (1989) "O marxismo em questão" (posfácio). In Silveira, P. e Doray, B. (orgs.) *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda, Edições Vértice.
- DORAY, Bernard. (1989) "Da produção à subjetividade — referências para uma dialética das formas". In *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, op. cit.
- FOUCAULT, Michel. (1981) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1981.
- FREITAS, Renan Springer de. (1985) *Bordel, bordéis: Negociando identidades*. Petrópolis: Vozes.
- GENOVESE, E. e JORDAN, R. (1972) *The world the slaves made*. Nova York, Vintage.
- GORDON, Linda. (1988) *Heroes of their own lives*. New York, Penguin Books.
- GREGORI, Maria Filomena. (1989) "Cenas e queixas: mulheres e relações violentas", *Novos estudos Cebrap*, março.
- GUATTARI, Félix. *As três ecologias*. Campinas, Papirus Editora, 1989.
- _____ e ROLNIK, Suely. (1986) *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes.
- HAMILTON, Roberta, BARRETT, Michèle. (1987) *The politics of diversity: Feminism, marxism and nationalism*. Londres, Verso.
- LAVINAS, Lena. (1989) "Identidade de gênero: uma categoria da prática" (comunicação apresentada no GT A mulher na força de trabalho, XIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, outubro).
- LAURETIS, Teresa De. (1987) *Technologies of gender*. Bloomington, Indiana University Press.

- MATHIEU, Nicole-Claude. (1985) "Quand céder n'est pas consentir. Des déterminants matériels et psychiques de la conscience dominée des femmes, et de quelques-unes de leurs interprétations en ethnologie". In Mathieu, N.-C. *L'arraisonnement des femmes*. Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.
- MARX, Karl. (1957) *Contribution à la critique de l'économie politique*. Paris, Éditions Sociales.
- _____ (1959) *El Capital*. México, Fondo de Cultura Económica, I tomo.
- MARX, K. , ENGELS, F. (1953) *L'ideologie allemande*. Paris, Éditions Sociales.
- MEAD, George Herbert. (1956) *On social philosophy*. Chicago: The University of Chicago Press.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. (1985) "Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras", *Perspectivas*, São Paulo, nº 8.
- _____ (1987) *O poder do macho*. São Paulo, Moderna.
- _____ (1988) "Movimentos sociais: face feminina". In Carvalho, Nanci Valadares de. (org.) *A condição feminina*. São Paulo, Revista dos Tribunais Ltda., Edições Vértice.
- _____ (1989) "A síndrome do pequeno poder". In Azevedo, M. A., Guerra, V. N. A. (orgs) *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo, Iglu.
- _____ (1991) "Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero". In: Moraes Silva, Maria Aparecida (org.) *Mulher em seis tempos*. Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras, Unesp.
- _____ (1992) "Ideologia, Ideologias". In Chalita, Gabriel (org.) *Vida para sempre jovem*. São Paulo, Siciliano.
- SENNETT, Richard. (1988) *O declínio do homem público*. São Paulo, Schwarcz.
- SÈVE, Lucien. (1983) "Qu'est-ce que les formes historiques d'individualité?", documento de trabalho, apud. Doray, B., op. cit.
- _____ "A personalidade em gestação". In *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade* op. cit.
- SILVEIRA, Paulo. "Da alienação ao fetichismo — formas de subjetivação e de objetivação". In *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*, op. cit.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. (1991) "Trabalhadoras e trabalhadores: o dia-a-dia das representações". In Souza-Lobo, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense.
- ZIZEK, Slavoj. (1992) *Eles não sabem o que fazem — o sublime objeto da ideologia* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ZONABEND, Françoise. (1981) "Por que nominar? Los nombres de las personas en un pueblo francés: Minot-en-Châtillonnais". In *La identidad*, Seminário organizado por Lévi-Strauss, Claude, Ediciones Petrel, Barcelona.